

Discursos do 25 de Abril: percurso histórico de um género político Discourses of April 25th: historical trajectory of a political genre

PITA, SARA
saratopete@ua.pt

Doutora em Linguística pela Universidade Nova de Lisboa (2016)
Professora auxiliar na Universidade de Aveiro, CLLC, Departamento de Línguas e Culturas (Portugal)
Professora convidada na Universidade de Coimbra, CELGA-ILTEC, Faculdade de Letras (Portugal)

PALAVRAS-CHAVE:
25 de Abril de 1974;
Género;
Historicidade;
Argumentos narrativos.

RESUMO: Com a aproximação dos 50 anos do 25 de Abril, encetou-se a realização de um estudo exploratório sobre um género político vinculado à História de Portugal: o discurso do Presidente da República inserido na sessão solene comemorativa da Revolução dos Cravos. Partindo do pressuposto que, durante a produção de um texto, outros textos são reproduzidos e revisitados, respeitando a tradição do género, procedeu-se a um trabalho de análise diacrónica dos discursos produzidos de 1977 a 2023. Na linha do Interacionismo Sociodiscursivo, todo o texto tem de ser enquadrado num género e na atividade social que o motiva, pelo que, neste estudo, se faz uma abordagem aos componentes externos (local de produção, finalidades, intervenientes, etc.), antes da análise de elementos composicionais. Neste artigo discutem-se os resultados da análise qualitativa a um *corpus* composto por 20 discursos, com enfoque nos elementos formais, linguísticos e estilísticos, assim como no papel das sequências narrativas em termos argumentativos. Verifica-se a repetição de temas, nomeadamente a reflexão crítica e a rutura, de estruturas articulatórias (paralelismos anafóricos) e da sequência narrativa como ponto de partida para a construção de argumentos por analogia.

KEY-WORDS:
April 25th 1974;
Genre;
Historicity;
Narrative Arguments.

ABSTRACT: As the 50th anniversary of April 25th approaches, an exploratory study has been initiated on a political genre linked to the history of Portugal: the speech delivered by the President of the Republic during the official ceremony commemorating the Carnation Revolution. Operating under the assumption that, during the production of a text, other texts are reproduced and revisited while respecting the genre tradition, a diachronic analysis of speeches produced from 1977 to 2023 was conducted. Following the Sociodiscursive Interactionism perspective, every text must be framed within a genre and the social activity that motivates it. Therefore, this study encompasses an approach to external components (production location, purposes, participants, etc.) before delving into the analysis of compositional elements. This article discusses the results of a qualitative analysis of a corpus comprising 20 speeches, focusing on formal, linguistic, and stylistic elements, as well

as the role of narrative sequences in argumentative terms. The repetition of themes, particularly critical reflection and rupture, structural articulations (anaphoric parallelisms), and the narrative sequence is observed as a starting point for constructing arguments by analogy.

1. INTRODUÇÃO

"...um discurso concreto pode amiúde ser análogo a um quadro executado, em parte, por “collage”: no quadro além das partes pintadas com a técnica do pintor que o compõe, podem-se encontrar também porções tomadas de outras telas, compostas por outros pintores.” (Coseriu, 1980, p. 107)

Os textos constituem materializações de géneros textuais/discursivos diversos, inseridos em práticas interacionais, intersubjetivas e sociocognitivas. São, portanto, unidades comunicativas globais que vivem e evoluem na interação com outros textos, em diacronia e em sincronia, em relação com o passado e com o presente.

Na perspetiva coseriana, fala-se de historicidade dos textos, conceito que se refere à recorrência na criação de objetos culturais, nos quais se evocam outras manifestações culturais a partir de determinadas estruturas formais ou temáticas (Coseriu, 1980). Por outras palavras, a historicidade é a revisitação de um texto por outro, não só em termos linguísticos, mas também em termos comunicativos (por exemplo, com a repetição da mesma finalidade), como se procurará demonstrar neste artigo a partir do *corpus* de análise.

O reconhecimento dos vários objetos culturais, que integram um repositório de géneros partilhado por todos os indivíduos de uma comunidade linguística, permite a apropriação ou a adaptação para um novo objeto que se alinhe com os propósitos comunicativos, ampliando ou particularizando o texto original (Kabatek & Simões, 2005). O facto de ser possível para um falante descortinar as regularidades ou as dissemelhanças entre textos advém do carácter histórico dos textos, ou seja, da sua recursividade. Então, a “repetição de um texto ou de uma forma textual ou de um modo particular de escrever ou falar que adquire valor de signo próprio” (Kabatek, 2006, p. 512) constitui uma tradição discursiva, à luz da qual os textos podem

ser analisados em articulação com o género, em função da sua estrutura ou dos seus elementos constitutivos.

Kabatek & Simões (2005) defendem que a repetição em determinados textos ou de determinadas formações textuais pode apresentar diferentes graus de fixidez, indiciando maior estabilidade ou maior abertura à inovação: uma ata, por exemplo, apresenta uma maior rigidez nas fórmulas usadas e na sua composicionalidade, por oposição a um romance. Tradição e inovação seguem, portanto, a par, uma vez que a primeira limita ou expande (dependendo da intencionalidade) a segunda. Como Coseriu afirmava:

“... a língua atual não é apenas conjunto de formas já realizadas, modelos utilizáveis enquanto modelos (*norma*), mas também técnica para ultrapassar o realizado, “sistema de possibilidades” (*sistema*). (...) Ou seja, é preciso considerar a língua como sistema aberto, pois assim é a língua para os falantes: permite-lhes superar a tradição, continuando-a. (...) o falante real está sempre diante de uma multiplicidade de tradições e pode dispor delas para diferentes propósitos expressivos” (Coseriu, 1979, Cap.VII)

A tradição discursiva valoriza o conhecimento das condições de produção, nomeadamente das intencionalidades comunicativas, ou como dizia Coseriu na citação anterior “propósito expressivos”, bem como das condições de distribuição dos textos, ou seja, o seu enquadramento socio-histórico, pois é nessa passagem do tempo que se vislumbra o que mudou e o que se manteve.

Os fundamentos da Tradição Discursiva estão em linha com os do Interacionismo Socio-discursivo (ISD), na medida em que o texto é um produto da atividade humana e uma ação da linguagem situada socialmente, em permanente relação com outros textos (Bronckart, 1999). De acordo com o ISD, todo o texto revisita outros textos, portanto tal também seria visível nos discursos proferidos na cerimónia do 25 de Abril. Esta premissa esboçou as seguintes questões:

- Estes textos apresentam uma regularidade em termos temáticos, lexicais e estruturais?
- É possível identificar alguns segmentos idênticos que denotem a permeabilidade entre os textos?
- Como é abordado o momento histórico? Há aspetos comuns?
- Quais os objetivos argumentativos desta abordagem histórica?

A partir destas perguntas, definiram-se dois objetivos para este trabalho: a) identificar regularidades temático-lexicais e estruturais no *corpus*; b) analisar a narrativa da revolução, refletindo sobre a sua intencionalidade argumentativa. Assim, num primeiro momento, apresentaram-se algumas questões formais e temático-lexicais que atestam a existência de uma relação de continuidade entre os textos; num segundo momento, mostra-se como as sequências narrativas são usadas como argumentos.

2. QUADRO TEÓRICO

Os textos podem ser definidos como unidades comunicativas que integram práticas sociais, cognitivas e interacionais de um grupo (Bronckart, 2004; Fairclough, 2001). A interação entre texto e sociedade reflete-se na sua composicionalidade, dado que existe a necessidade de o adaptar ao contexto histórico, social e cultural. Assim, nenhum texto pode ser lido e interpretado sem um reconhecimento da sua envolvência (Coseriu, 1979), o que significa, em concreto, que toda a análise deve ser situada, observando elementos externos (como, por exemplo, os participantes, a finalidade, o lugar e a data de realização, e o suporte material) e internos (como o plano textual) (Bronckart, 1999).

Os discursos do 25 de Abril estão inseridos numa cerimónia formal de evocação de uma data histórica para Portugal. Marques afirma que “o objeto da comemoração é representado nas suas características históricas, como *movimento militar*, *momento de rutura política* (RE, 1985), *projeto nacional* (RE, 1985), *movimento patriótico* (MS, 1986), mas é sobretudo evocado e retomado nos valores que a ele são agregados de *democracia*, *liberdade* e, particularmente, de *esperança*, o que implica uma valorização do futuro.” (2014, 300).

Para esta comemoração, são convidados a assistir e, em alguns casos a tomar a palavra, os representantes políticos, bem como antigos Capitães de Abril e outras entidades. Dos intervenientes espera-se o reconhecimento da importância da efeméride, mas também um olhar sobre o estado do país e do mundo. Por isso, em 1982, o Presidente da República Ramalho Eanes refere:

Não se justificaria continuar a comemorar esta data se o seu significado ficasse confinado ao acto, localizado no tempo, do derrube de um regime autitário, moralmente indefensável, socialmente injusto. O que hoje comemoramos não é o fim da ditadura, mas sim a afirmação da liberdade, da responsabilidade democrática, da solidariedade social. (1982_RE)

As intervenções são previamente preparadas, mas proferidas em direto perante uma assistência que pode, de forma controlada, reagir. Do ponto de vista enunciativo, o locutor dirige-se aos alocutários *in praesentia*, mas também ausentes, isto é, aos cidadãos portugueses que acompanham, em direto ou em diferido, a intervenção dos seus representantes políticos. Existe, portanto, uma distribuição social dos papéis dos diferentes participantes e um acordo tácito para o cumprimento das regras protocolares que guiam a interação.

Em geral, a nível composicional, os textos apresentam um plano influenciado pela atividade profissional a partir da qual é espoletado, pelos participantes, pela temática e pelos objetivos

(Silva, 2016). No caso dos textos que compõem o *corpus*, verifica-se, adicionalmente, que as exigências protocolares da situação comunicativa implicam uma determinada distribuição e segmentação do texto. Mesmo uma breve leitura dos segmentos iniciais permite observar que existem fórmulas específicas de tratamento e de introdução do tema (Quadro 1).

REF.	EXCERTO DA INTERVENÇÃO
1980_RE	<p>Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Srs. Conselheiros da Revolução, Srs. Deputados, Portugueses:</p> <p>O 25 de Abril é uma data que, sendo digna de comemoração, exige a todos os portugueses uma responsável reflexão.</p>
1998_MS	<p>Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Vice-Presidentes e Srs. Deputados da Assembleia da república, Srs. Ministros da República para os Açores e Madeira, Srs. Presidentes dos tribunais superiores, Srs. Conselheiros de Estado e meus ilustres predecessores, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Srs. Embaixadores, Ilustres Autoridades Cíveis e Militares, Exmos. Convidados, Sr. Patriarca de Lisboa, Excelência Reverendíssima:</p> <p>Comemoramos a liberdade e celebramos a democracia, no 25 de Abril, lembrando, em primeiro lugar, todos aqueles que participaram na sua construção. (...)</p>

Quadro 1 - Fórmula inicial

Quadro 1 - Fórmula inicial (cont.)

REF.	EXCERTO DA INTERVENÇÃO
2010_ACS	Senhor Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores, Na madrugada de 25 de Abril de 1974, um jovem capitão de 29 anos reuniu os seus homens da Escola Prática de Cavalaria de Santarém. (...)
2023_MRS	Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais membros do Governo, Sr. Presidente António Ramalho Eanes, Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores, Srs. Embaixadores, Sr. Presidente da Associação 25 de Abril, na sua pessoa, saúdo calorosamente, uma vez mais, os Capitães de Abril, Ilustres Convidados, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Portugueses, Entramos hoje no 50.º ano até ao 25 de Abril de 2024, tempo de evocação (...)

1. Este é um assunto sobre o qual se irá discutir em trabalhos futuros.

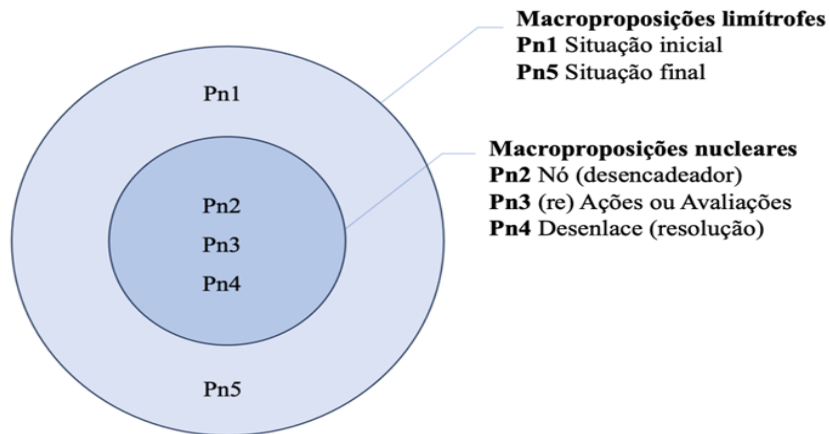
Os textos revelam um plano de texto flexível, não sendo possível detetar uma estrutura padronizada¹, como é observável em outros géneros (cf. Pita, 2023). Excetuando o que foi visto anteriormente e a presença de uma sequência narrativa em vários textos, relativa ao evento histórico, sobre a qual se irá falar de seguida, os textos não apresentam blocos semelhantes, nem mesmo na despedida.

2.1. A SEQUÊNCIA NARRATIVA

De acordo com Adam (2008), as sequências prototípicas constituem conjuntos de enunciados organizados em função de um dado objetivo comunicativo que podem ser analisadas de forma

relativamente “independente”² da globalidade do texto. Assim, um texto pode integrar várias sequências, completas ou elípticas, e a predominância de uma tipologia é frequentemente usada em didática para caracterizar as diferentes produções textuais.

A sequência narrativa refere-se à exposição de ações produzidas por diferentes indivíduos para provocar uma rutura, estruturando-se em torno de cinco macroproposições: situação inicial, nó, reação ou avaliação, desenlace e situação final.



Cada macroproposição é, por sua vez, constituída por uma ou mais proposições. As macroproposições não têm, necessariamente, de estar todas presentes nem pela ordem aqui expressa, o que implica diferenças ao nível do grau de narrativização (mais macroproposições, maior narrativização). Além disso, Adam refere que não é possível estabelecer uma regra para a segmentação da sequência em macroproposições, dependendo em larga medida do “processo interpretativo de construção do sentido” (2008, p.227). Donde se deduz que não existe uma rigidez na estruturação das macroproposições.

2. Optou-se por colocar a palavra “independente” entre aspas para ressaltar que o texto é uma unidade global, cujo sentido só se apreende na combinação de todos os elementos. Portanto, a análise das sequências pode ser linguisticamente realizada de forma independente, mas comunicativamente não.

Figura 1 - Esquemática da sequência narrativa

Fonte - Adaptado de Adam, 2008, p. 225

Em alguns textos do *corpus*, existe uma fusão entre narração e argumentação, pelo que importa falar de *argumentos narrativos*.

2.2. ARGUMENTOS NARRATIVOS

A argumentação é uma atividade da vida quotidiana, com presença em diversas esferas, que tem como objetivo a adesão do locutário a uma tese ou a uma visão do locutor, a partir da apresentação de diferentes proposições que a sustentam (Plantin, 2002; Amossy, 2006). É uma atividade reflexiva, visto que suscita o pensamento crítico e a discussão em torno de um problema.

No campo político, a argumentação é uma ferramenta usada pelos agentes políticos para exercer o seu poder sobre os cidadãos ou para comunicar os seus pares (Charaudeau, 2016). Por isso, durante as intervenções é comum os políticos fazerem uso de esquemas argumentativos com vista à consecução de um dado objetivo.

A person who puts forward an argumentation anticipates criticism, and by choosing a particular type of argumentation, using the one argumentation scheme rather than the other, he implies that he thinks he knows which route will lead to the justification of his standpoint. (Eemeren, Grootendorst e Henkemans, 2002, p.98)

Como afirmam Eemeren, Grootendorst e Henkemans, a escolha dos esquemas é plenamente consciente, alinhando-se com o auditório e os seus valores, a ideologia, o programa político, entre outros.

Nos textos que compõem o *corpus* deste trabalho, observou-se a recorrência de trechos narrativos, sendo o mais frequente aquele que faz menção ao acontecimento vivido a 25 de Abril de 1974. Considera-se que a narrativa se funde com a argumentação, servindo como modelo,

um tipo de esquema argumentativo que parte da data (e tudo o que com ela está relacionado, ou seja, participantes, atitudes, reações, etc.) para apresentar um exemplo digno de imitação, e também como analogia, porque o locutor crê na capacidade de esta colocar o auditório num estado emocional que lhe permita atingir os seus objetivos e de justificar as decisões atuais e futuras. Portanto, esta narrativa procura condicionar / influenciar a ação futura dos cidadãos (Marques, 2014).

O argumento narrativo é uma ferramenta persuasiva (Tindale, 2017; Bex & Bench-Capon, 2017), pois apresenta factos históricos, já conhecidos do público, sob uma nova perspetiva, que está conexas com a realidade vivida no momento do discurso.

The stories are not recalling what is already there, as in an allusion; but they are adding to what is currently available. The argumentative force of such a strategy is to bring an abstract idea into a lived experience where it might resonate in the lives of the audience. The arguments may have the force of reinforcement, or of persuasion itself (Tindale, 2017, p. 28).

A introdução de uma história pode ser usada na construção de um argumento por analogia, o qual tem duas funcionalidades: por um lado, pode servir para desbravar terreno, para fazer deduções que permitam clarificar um tema; por outro, pode servir para justificar uma conclusão. Assim, o argumento por analogia pode ser exploratório ou probatório, duas interpretações que podem ser observadas no *corpus*.

O argumento por analogia apresenta a seguinte estrutura:

- S é semelhante a T em certos aspetos.
- S tem também a característica Q.
- ⇒Então, T também possui a característica Q ou alguma característica semelhante a Q.

A argumentação por modelo funciona, por exemplo, quando se faz referência à atuação dos militares de Abril, porque os atos destes homens têm vindo a ser evocados e enaltecidos por diversas figuras políticas, com reconhecida autoridade, e a sua valorização constitui a premissa que vai sustentar uma determinada conclusão (Walton, Reed & Macagno 2008).

3. METODOLOGIA

Os discursos proferidos pelos Presidentes da República (PR) durante a Sessão Solene do 25 de Abril tiveram início em 1977, com a intervenção de Ramalho Eanes, e mantêm-se até à atualidade. Dessa época até hoje, muitos foram os Presidentes em funções e muitas mudanças se observaram no contexto social, económico e cultural de Portugal, o que é plasmado no conteúdo dos textos.

O carácter tradicional e histórico dos textos contribui para a existência de marcas intertextuais. Este princípio motivou a realização de um estudo contrastivo de um *corpus* composto por 20 discursos³, de 1977 a 2023, procurando-se mostrar a existência de ecos entre os textos que contribuem para a manutenção do carácter evocativo da data, para a promoção da ligação entre locutor e alocutário e para a construção de um ideário português. Ao longo do período temporal acima indicado, houve cinco Presidentes da República, a saber: Ramalho Eanes (1976-1986), Mário Soares (1986-1996), Jorge Sampaio (1996-2006), Aníbal Cavaco Silva (2006-2016) e Marcelo Rebelo de Sousa (2016-2023). Considerando que cada um dos PR esteve dez anos em funções, selecionaram-se quatro discursos de cada um, incluindo sempre o primeiro e o último, com o objetivo de ilustrar diferentes momentos do mandato.

Para tal, procedeu-se a uma análise qualitativa, suportada pelo software MaxQDA, a partir de elementos formais e linguísticos, que coloca em evidência a recursividade dos textos. Con-

3. Importa clarificar que a palavra “discurso” é usada neste trabalho para fazer referência à apresentação oral de um texto que versa diferentes tópicos, o qual foi previamente preparado para ser proferido em público.

sidera-se que a manutenção de estruturas, de temas e do próprio vocabulário coloca os textos num *continuum*, permitindo ao leitor reconhecer o tradicionalismo da situação de enunciação, mas também os valores que regem o país. Em segundo lugar, analisam-se as sequências narrativas, apresentando os aspetos em que os textos se tocam ao longo do tempo e debatendo a sua importância em termos argumentativos.

Os textos do *corpus* estão disponíveis *online*, em sítios oficiais (*vide* referências bibliográficas), e foram catalogados da seguinte forma: data e iniciais do nome do Presidente da República (ex.; 1977_RE).

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta secção, examinam-se os resultados obtidos com a análise do *corpus*, distribuindo-os por três subsecções: na primeira, expõem-se alguns elementos estruturais, como seja a fórmula de abertura; na segunda, debate-se sobre questões linguísticas, particularmente questões temáticas e lexicais; na terceira, discute-se a sequência narrativa.

4.1. ELEMENTOS FORMAIS

Os Discursos do 25 de Abril são atividades comunicativas enquadradas numa cerimónia formal que, protocolarmente, impõe algumas convenções em termos estruturais, nomeadamente nas fórmulas de abertura, como se apresentou em secção anterior (cf. Quadro 1). Para além deste facto, parece planeada a marcação da passagem no tempo, em especial nos momentos iniciais dos textos, como se procura demonstrar no Quadro 2.

Quadro 2 - Marcação da distância temporal entre o 25 de Abril e o discurso

REF.	EXCERTO DO DISCURSO
1986_MS	Doze anos depois do movimento patriótico que restituiu a liberdade aos Portugueses, tornando-os cidadãos na plenitude dos seus direitos, comemorar o 25 de Abril não pode nem deve ser uma rotina.
1989_MS	Comemoramos hoje o XV Aniversário do 25 de Abril , com a plena consciência e o legítimo orgulho de pertencermos a uma Pátria de homens livres...
1991_MS	Festejamos hoje o 17.º aniversário do 25 de Abril , nos termos consagrados e segundo a forma habitual.
1998_JS	No próximo ano, comemorar-se-ão os 25 anos do 25 de Abril.
2010_ACS	Neste dia, devemos ter presente um facto muito singelo: em 2010 completam 36 anos aqueles que nasceram em 1974. (...) Há 36 anos, marcámos encontro com um destino de liberdade. Não nos deixámos abater por um regime de muitas décadas que caiu em poucas horas.
2015_ACS	Celebramos hoje o 25 de Abril , uma ocasião de festa e alegria, em que Portugal comemora a liberdade, a democracia, e também o desenvolvimento e a justiça social. Há precisamente quarenta anos , no dia 25 de Abril de 1975, os Portugueses participavam nas primeiras eleições verdadeiramente livres da nossa História.
2016_MRS	Saudar os Capitães de Abril, quarenta e dois anos depois , é dever de todos os que, em Portugal, se louvam da Democracia que o seu gesto patriótico permitiu instaurar.
2023_MRS	Entramos hoje no 50.º ano até ao 25 de Abril de 2024...

De acordo com o Quadro, que apresenta apenas alguns exemplos, a marcação do tempo transcorrido entre a revolução e o pronunciamento é um elemento recorrente, com exceção dos trechos correspondentes a 1998 e a 2010 (em especial, a segunda parte) em que surge no final. Este desvio ao padrão revela que tradição e inovação estão a par, ou seja, que existe flexibilidade na produção textual.

Apesar de se poderem identificar, ao nível do plano do texto, regularidades na fórmula inicial de endereçamento de saudações, na identificação do ano da cerimónia e, até, numa sequência narrativa que recupera o evento histórico, como se irá discutir mais adiante, não é possível determinar uma composição do texto fixa, uma vez que os temas estão profundamente dependentes da realidade social à data do pronunciamento e tal exige uma organização e uma distribuição dos conteúdos diferente. Todavia, é possível identificar algumas marcas de intertextualidade, nomeadamente em termos de estruturas sintáticas, que permitem estabelecer a continuidade dos textos. Vejam-se, por exemplo, os próximos casos (Quadro 3).

DATA	EXCERTO
1982_RE	VIVEMOS, de facto, TEMPOS DIFÍCEIS.
1989_MS	VIVEMOS, hoje, UM TEMPO de renovadas esperanças e de estimulantes apostas.
2011_ACS	VIVEMOS UM TEMPO em que os sonhos do passado parecem ter desaparecido.
2016_MRS	Eu sei, nós sabemos, que estes TEMPOS NÃO SÃO FÁCEIS.

Quadro 3 - Estruturas sintáticas recorrentes

Considera-se que esta revisitação de textos de outros locutores não acontece por mero acaso, mas sim como uma forma de perpetuar a história e de imprimir ritualidade aos textos. Eis outros casos com repetição de lexemas:

Quadro 4 - Recorrência vocabular
no mesmo âmbito temático

DATA	EXCERTO
1980_RE	Mas é possível, e até COMPREENSÍVEL , que muitos Portugueses CONFRONTEM as REALIDADES e as EXPECTATIVAS criadas em Abril de 1974. A observação fria dos factos conduzirá, porém, a uma conclusão não pessimista sobre a nossa capacidade colectiva.
2016_MRS	É injusto negar o que todos devemos ao 25 de Abril de 1974. É, no entanto, míope negar as desilusões, as indignações, as frustrações com a qualidade da Democracia, a debilidade do crescimento, a insuficiência do emprego, o aumento das desigualdades, a persistência significativa da pobreza. O saldo é claramente positivo, para quem tiver a memória dos anos 70. Mas pode começar a ser preocupantemente descoroçoante para quem só se lembrar dos anos 90 e da viragem do século.
2011_ACS	COMPREENDO que muitos cidadãos, ao fim de quase quarenta anos de regime democrático, se sintam desiludidos quando CONFRONTAM as ESPERANÇAS de 1974 e as REALIDADES do momento presente.
2023_MRS	Porque há muito quem em Portugal sinta que o 25 de Abril ficou incompleto, ficou imperfeito, está por cumprir, não corresponde aos sonhos do passado ou aos anseios do futuro. Uns porque, em rigor, teriam preferido que não tivesse existido o 25 de Abril. Por aquilo que perderam aqui ou nos territórios africanos, ou porque têm certa ou errada, a imagem do pré 25 de Abril que corresponderia, se não aos seus sonhos, pelo menos a muitas das suas EXPECTATIVAS e anseios.

Nestes excertos observa-se que textos de diferentes décadas remetem para um mesmo tópico (a frustração das expectativas), usando léxico semelhante. E mesmo nos casos em que os lexemas usados não são os mesmos, o sentido da mensagem é igual (cf. 2016 e 2023). Não se

trata, contudo, de uma informação que conste de todos os textos, pois há claramente um alinhamento com o contexto socio-histórico e com os sentimentos vividos na sociedade.

Para concluir esta secção sobre questões formais, apresentam-se alguns exemplos do uso dos mesmos mecanismos articulatórios de organização textual, particularmente de paralelismos anafóricos (repetição literal de uma ou mais palavras, em início de frase ou período).

DATA	EXCERTO DO DISCURSO
1977_RE	O desencanto que se apodera já de muitos é fruto de três anos de hesitações e erros: QUE É FEITO DA fraternidade que encheu as ruas e os campos deste país? QUE É FEITO DAS torrentes de alegria com que nos lançamos na construção dum país diferente, duma pátria renovada? QUE É FEITO DA tolerância e do respeito com que decidimos conviver? QUE É FEITO DA segurança e da paz assente na justiça que afirmámos respeitar? QUE É FEITO DAS habitações que quisemos construir? QUE É FEITO DA saúde que decidimos melhorar? QUE É FEITO DA educação que nos propusemos elevar? QUE É FEITO DA velhice que nos obrigámos a proteger?
1982_RE	Vivemos, de facto, tempos difíceis. SÃO TEMPOS que não permitem continuar a repetir muitas das promessas eleitorais, que a realidade se encarrega de reduzir à sua verdadeira dimensão. SÃO TEMPOS onde o valor e o rigor das atitudes se devem sobrepor à facilidade das palavras. SÃO TEMPOS que devem exigir uma meditação serena quanto à validade dos processos e das políticas gerais adotadas.

Quadro 5 - Mecanismos articulatórios: paralelismos anafóricos

Quadro 5 - Mecanismos articulatórios: paralelismos anafóricos (cont.)

DATA	EXCERTO DO DISCURSO
2021_MRS	<p>UM TEMPO feito de vários tempos e modos QUE PARA SEMPRE MARCOU A VIDA de mais de um milhão de jovens saídos das suas terras para atravessarem mares e viverem e morrerem noutro continente ou dele regressarem alguns com traços indeléveis na sua saúde.</p> <p>QUE PARA SEMPRE MARCOU A VIDA das suas famílias, dos seus lugares, das suas aldeias, das suas vilas e mesmo das suas cidades, no fundo de todo um Portugal durante treze anos ou um pouco mais.</p> <p>QUE PARA SEMPRE MARCOU A VIDA daqueles que, por opção de princípio, recusaram aquela partida e rumaram a outros destinos continuando ou iniciando uma luta contra o que estava e queria permanecer.</p> <p>QUE PARA SEMPRE MARCOU A VIDA dos que já lá vivendo idos eles ou os seus antepassados de terras daquém mar de lá vieram, no termo desses longos anos, ou lá ficaram e estão para ficar. (...)</p>

A partir da análise do *corpus*, constatou-se que os Presidentes da República Ramalho Eanes e Marcelo Rebelo de Sousa (primeiro presidente depois de 1974 e presidente atual) são os que mais recorrem aos paralelismos, possivelmente pela sua capacidade de imprimir dinamismo ao discurso e de uma aptidão retórica mais acentuada.

4.2. ELEMENTOS TEMÁTICO-LEXICAIS

Os Discursos do 25 de Abril constituem uma tradição indissociável da própria cerimónia de evocação, razão pela qual é possível identificar, na análise do *corpus*, diferentes trechos que

fazem alusão ao carácter ritual destes discursos, indicando não só os formalismos a eles associados (cf. “termos consagrados e segundo a forma habitual”), mas também a sua continuidade (cf. “sempre foi e será”). O primeiro trecho apresentado corresponde à intervenção do PR Ramalho Eanes em 1977, transcorrido cerca de um ano após eleições livres. Nele é referido que aquela cerimónia constitui o momento mais importante de celebração, marcando a sua relevância na História de Portugal e, particularmente, na história discursiva.

DATA	EXCERTO DO DISCURSO
1977_RE	Esta cerimónia marca o ponto mais alto nos actos com que o povo português tem vindo a celebrar o 25 de abril. Nos dois anos anteriores o povo celebrou-o exercendo os direitos reassumidos: votou – e através do seu voto ergueu as traves mestras da nova sociedade.
1986_MS	Doze anos depois do movimento patriótico que restituiu a liberdade aos Portugueses, tornando-os cidadãos na plenitude dos seus direitos, comemorar o 25 de Abril não pode nem deve ser uma rotina.
1991_MS	Festejamos hoje o 17.º aniversário do 25 de Abril, nos termos consagrados e segundo a forma habitual. Sou, como sabem, assumidamente, um homem do 25 de Abril e por isso vos posso falar com inteira franqueza. Temo que esta celebração ritual, cada ano repetida , longe de despertar na juventude interesse e curiosidade por um maior conhecimento e pelo estudo do que foi realmente – e do que ainda hoje representa, essa manhã heróica da nossa libertação como nação, contribua, por assim dizer, para banalizar a revolução, tornando-a desinteressante e incompreensível aos olhos dos mais jovens.
2020 ⁴ _MRS	Deliberou a Assembleia da República manter, neste tempo de sacrifício de todos os portugueses, a cerimónia oficial de evocação do 25 de Abril. A presente evocação não é uma festa de políticos alheia ao clima de privação vivido na sociedade portuguesa. Evocar o 25 de Abril é falar deste tempo não é ignorá-lo. E também nesta Sessão que sempre foi e será um momento crucial de controlo crítico e plural em liberdade e democracia.

Quadro 6 - Prova do carácter ritual dos textos

4. O excerto de 2020 é particularmente pertinente, considerando a situação sanitária vivida mundialmente. Estava-se em plena pandemia da Covid-19, com o país praticamente parado e com os portugueses em confinamento, e, em virtude da importância social e histórica da data, a Assembleia da República deliberou a realização da celebração do 25 de Abril. Este facto é altamente revelador do peso histórico, social e político da data.

A partir de 1986, começa a despontar uma preocupação que, na verdade, se tornou constante com o avançar dos anos: a preocupação relativamente ao esquecimento dos valores de Abril, da luta travada por uma geração em prol da liberdade. Em 1986, a negação das perífrases “poder ser” e “dever ser” visa dirigir o alocutário, indicando-lhe o comportamento a adotar, ou mais concretamente, a leitura a realizar. Em 1991, o PR Mário Soares expressa claramente o seu receio (cf. verbo “temer”), sentimento justificado pela possibilidade de a data gerar desinteresse e incompreensão nas novas gerações. Adiante, nesse mesmo discurso, diz:

Não gostaria de me repetir relativamente ao que vos disse, em anos passados (...). É nessa **repetição** que consiste precisamente a **criação do rito desprovido de novidade** e, por assim dizer, a **banalização rotineira de um evento político** que foi, em si mesmo, altamente inovador (...). (1991_MS)

Esta reflexão crítica sobre o ato cerimonioso em si e a perceção de um certo ritualismo a ele inerente, nomeadamente no que diz respeito à informação veiculada, comprova o carácter tradicional destes textos. Após análise do *corpus*, verificou-se que não existe uma repetição total de textos anteriores, o que pode indiciar que este aviso foi respeitado pelos PR subsequentes.

Talvez por tudo isto se tenham identificado, em alguns discursos, momentos que fazem referência aos motivos que desencadearam a revolução, numa tentativa de contrariar a “banalização” a partir do destaque da sua importância. Em alguns casos, usam-se termos deônticos e didáticos (“dever”, “ensinar”, “relembrar”, “lembrar”), como se ao locutor tivesse sido atribuída a responsabilidade de recuperar a História.

Quadro 7 - Quadro contrastivo da temática “dever de memória”

DATA	EXCERTO DO DISCURSO
1996_JS	Hoje, é já muito grande o número daqueles que, felizmente, não viveram sob a ditadura. É a esses, sobretudo, que importa relembrar o exemplo desses homens que, mal equipados e em número reduzido, tiveram a coragem de arriscar tudo em nome da Liberdade.
2010_ACS	São mais de três milhões os Portugueses que não possuem qualquer recordação do que foi o 25 de Abril de 1974 porque, pura e simplesmente, não tinham nascido na altura. (...) Temos, pois, um dever de memória para com aqueles que nasceram já depois de 1974. Devemos ensinar-lhes o que custou conquistar a liberdade e que a defesa da liberdade deve ser um princípio de ação para os agentes políticos e para todos os cidadãos.
2012_ACS	Mas, sobretudo para os mais jovens, é necessário lembrar que o caminho seguido poderia ter sido outro. Portugal poderia ter aprofundado o seu isolamento na cena internacional se acaso o sentido de responsabilidade não tivesse triunfado com o apoio do povo, inequivocamente expresso para a Assembleia Constituinte.

O quadro anterior, que aborda a temática do “dever de memória”, prova que os textos podem efetivamente visitar-se em termos temáticos. E para fortalecer esta teoria, apresentam-se outros exemplos, desta feita sobre a “reflexão”.

Quadro 8 - Quadro contrastivo da temática "reflexão"

DATA	EXCERTO DO DISCURSO
1980_RE	O 25 de Abril é uma data que, sendo digna de comemoração, exige a todos os portugueses uma responsável reflexão política .
1991_MS	Como, porém, encontrar a fórmula mágica para comunicar esse sentimento às jovens gerações, quando já se formaram na democracia e nunca conheceram a opressão? Eis um primeiro ponto que mereceria, com vista ao futuro, alguma reflexão dos Srs. Deputados , até porque no próximo ano estaremos a iniciar, nos termos constitucionais, uma nova legislatura.
1996_JS	E se esse dia foi um ato de revolta contra um regime iníquo, que a nossa comemoração possa ser, hoje, um ato de reflexão sobre o conformismo que tantas vezes se abate sobre as sociedades contemporâneas.
2015_ACS	Ao comemorar o 25 de Abril na Assembleia da República, num ano em que termina a presente legislatura e em que outra se iniciará, devemos pensar o futuro de Portugal, fazendo uma reflexão séria e serena sobre os grandes desafios que o País terá de enfrentar.
2023_MRS	Entramos hoje no 50.º ano até ao 25 de Abril de 1974, tempo de evocação, tempo de reflexão crítica , tempo de esperança, tempo de partilha. Em 25 de Abril de 2024, se falará do tempo do futuro, dos 50 anos pela frente. (...) Em rigor a reflexão crítica ocorre todos os anos, pelo menos, pelo 25 de Abril, mas neste começo de 50.º ano, há mais razões para nos debruçarmos sobre essa reflexão .

Ao analisar os trechos, parece haver uma tentativa de criar um nexo de causalidade entre a celebração do 25 de Abril e a reflexão crítica, como aliás é constatado pelo PR Marcelo Rebelo de Sousa em 2023. Esse processo de análise crítica não se limita ao desempenho dos governos, mas ao dos portugueses enquanto nação e enquanto indivíduos.

Um outro tema comum aos textos é a “ruptura”. Curiosamente, regista-se um aumento da frequência deste tema à medida que o tempo que dista da revolução é maior, possivelmente porque os locutores consideraram que era cada vez mais importante demonstrar e enaltecer o valor disruptivo da atuação dos militares.

DATA	EXCERTO DO DISCURSO
1980_RE	Em 25 de Abril concretizou-se uma ruptura na sociedade portuguesa. Não há retorno possível à situação anterior, às regras e aos modelos mentais que definiam a eficácia do poder e a sua manutenção num regime assente em processos autoritários. A ruptura histórica, política e social marca o início de uma dinâmica democrática.
1985_RE	O 25 de Abril surge assim como um momento de ruptura política tornado inevitável pelas tentativas frustradas de liberalização do regime anterior. Essa ruptura é personalizada num punhado de militares que tinham compreendido também, por experiência pessoal de uma guerra já sem sentido, a natureza definitiva dos impasses do mesmo regime.
1991_MS	E, entretanto, para aqueles que viveram o 25 de Abril – e que, portanto, conheceram a dolorosa experiência da ditadura, que amordaçou Portugal durante quase meio século -, se há data viva, que deixou nos nossos corações um vinco inapagável de emoção e que tem um significado nacional iniludível de ruptura com uma situação totalmente bloqueada , é precisamente o dia que hoje comemoramos.

Quadro 9 - Quadro contrastivo da temática "ruptura"

Quadro 9 - Quadro contrastivo da temática "ruptura" (cont.)

DATA	EXCERTO DO DISCURSO
1998_JS	Das inúmeras atitudes de protesto e de revolta contra a opressão se alimentou um imenso património de resistência ao autoritarismo durante décadas e décadas de ditadura. (...) O sentido que a ruptura do 25 de Abril tomou é, pois, indissociável das aspirações da resistência e da determinação dos militares de Abril.
2021_MRS	O 25 de Abril foi feito para libertar, sem esquecer nem esconder, mas para libertar, e os que o fizeram souberam superar muitas das suas divisões durante a Revolução e depois dela a pensar na unidade essencial da mesma Pátria tomando os termos simplificadores desses tempos sensibilidades diferentes no Movimento das Forças Armadas que se chocaram então não deixaram de entender depois que a unidade essencial de uma ruptura depois feita Revolução ela própria composta de várias revoluções tudo o mais sobrepuja.

4.3. SEQUÊNCIA NARRATIVA E ARGUMENTO NARRATIVO

Depois de uma exploração mais ampla dos discursos efetuada nas secções anteriores, centremo-nos particularmente na sequência narrativa.

Em 1977, na primeira intervenção a assinalar a data, o PR Ramalho Eanes afirmou:

Pesam sobre a nossa geração sacrificada as agonias do império, as dores duma nova sociedade que renasce nos limites do corpo primitivo e o sofrimento dum povo em diáspora no mundo que ajudou a conhecer-se. Em Abril de 1974, as Forças Armadas saíram à rua em defesa dos ideais da liberdade e da democracia. Em novembro de 1975, apoiadas pela Polícia de Segurança Pública e pela Guarda Nacional Republicana, de novo intervieram para assegurar que a liberdade reconquistada não seria traída. Hoje, desfilaram nas ruas de Lisboa reafirmando o seu empenhamento no serviço dos mesmos valores. A elas, todas elas, se deve privilegiadamente a liberdade que hoje foi utilizada nesta assembleia. (1977_RE)

Neste trecho, identifica-se uma sequência narrativa composta pelas seguintes macroproposições:

- NÓ 1: Em abril de 1974, as Forças Armadas saíram à rua em defesa dos ideais da liberdade e da democracia.
- DESENLACE 1: *conquista da liberdade*
- NÓ 2: *ameaças à liberdade*
- DESENLACE 2: Em novembro de 1975, apoiadas pela Polícia de Segurança Pública e pela Guarda Nacional Republicana, de novo intervieram para assegurar que a liberdade reconquistada não seria traída.
- SITUAÇÃO FINAL: Hoje, desfilaram nas ruas de Lisboa reafirmando o seu empenhamento no serviço dos mesmos valores.

O DESENLACE 1 e o NÓ 2 são deduzidos a partir da informação dita subsequentemente (itálico), pois, tal como dito anteriormente, as macroproposições não têm de estar todas presentes (Adam, 2008). Repare-se que o final deste parágrafo termina com uma frase que visa estimular no alocutário o reconhecimento das Forças Armadas e do seu papel na defesa dos valores do 25 de Abril. Portanto, toda a sequência é usada para construir uma argumentação, com vista a provar a fiabilidade das Forças de Segurança.

- Abril de 1974, Novembro de 1975 e a atualidade são semelhantes em certos aspetos.
- Em 1974 e em 1975, as Forças Armadas intervieram em defesa da liberdade.
- ⇒ Então, na situação atual, as Forças Armadas também estão prontas a intervir em defesa dos mesmos valores.

No discurso de 1996, encontram-se as seguintes palavras do PR Jorge Sampaio:

Quero, em primeiro lugar, saudar os militares – oficiais, sargentos e praças, que prepararam e participaram no Movimento das Forças Armadas do dia 25 de Abril de 1974.

Eles gravaram uma página da História de Portugal. Ao garantirem a liberdade e a democracia, puseram fim a um regime ditatorial (...)

Hoje, é já muito grande o número daqueles que, felizmente, não viveram sob a ditadura. É a esses, sobretudo, que importa relembrar o exemplo desses homens que, mal equipados e em número reduzido, tiveram a coragem de arriscar tudo em nome da Liberdade. (1996_JS)

Neste trecho, o locutor invoca os militares de Abril como um modelo a seguir, referindo-se especificamente à coragem perante a adversidade, ou seja, ao facto de serem poucos e não terem equipamento suficiente.

- NÓ 1: “os militares – oficiais, sargentos e praças... participaram no Movimento das Forças Armadas do dia 25 de Abril de 1974.”

- AVALIAÇÃO: “homens que, mal equipados e em número reduzido tiveram a coragem de arriscar tudo em nome da Liberdade”

- DESENLACE 1: *conquista da liberdade*

- SITUAÇÃO FINAL: Hoje, “é muito grande o número daqueles que, felizmente, não viveram sob a ditadura”.

A partir desta sequência, os homens de Abril são elevados à categoria de heróis. O argumento ganha maior força porque quem o diz tem total legitimidade para tal: exerce a função de Presidente da República, é um político reconhecido pelo povo e viveu o 25 de Abril de 1974.

E para que serve este argumento? Para criar no alocutário um sentimento de pertença e de proximidade: pertença a um povo corajoso, proximidade com estes homens, capazes de agir corajosamente num momento difícil. Este sentimento, gerado no início do texto, vai ser recuperado no final, numa lógica circular de fechamento da argumentação:

Creio que a melhor forma de dar confiança aos portugueses que neste momento possam passar por um período difícil é dar-lhes simbolicamente um sinal de que é possível acreditar na capacidade para ultrapassar os problemas e os constrangimentos. (1996_JS)

O PR Aníbal Cavaco Silva, em 2010, apresenta a sequência narrativa mais completa.

(Pn1) Na madrugada de 25 de Abril de 1974, um jovem capitão de 29 anos reuniu os seus homens da Escola Prática de Cavalaria de Santarém. Falou-lhes do estado a que Portugal chegara e terminou dizendo: «quem quiser vir comigo, vamos para Lisboa e acabamos com isto. Quem for voluntário, sai e fôrma. Quem não quiser sair, fica aqui!».

(Pn2) Vieram todos, sem excepção, mesmo sabendo que corriam riscos, incluindo o risco de não regressar com vida. (Pn4) Ao fim de algumas horas, caía um regime cansado de guerra. É por isso que aqui estamos hoje.

Foram eles os filhos da madrugada. Não caminharam para Lisboa em busca de cargos ou de lugares. Não vieram à procura de um lugar na História – e é justamente por isso que o merecem. (...)

Aqueles que saíram de Santarém, de Mafra, de Tancos, de Santa Margarida, de Estremoz ou de Vendas Novas rumaram a Lisboa porque não se conformaram com o País em que viviam. Vieram todos, porque todos queriam mudar. Queriam um país livre. (2010_ACS)

Para além das macroproposições narrativas assinaladas (respetivamente, situação inicial, nó e desenlace), fornecem-se explicações para as atitudes tomadas:

- PROBLEMA -> Por que razão saíram os militares de “Santarém, de Mafra, de Tancos, de Santa Margarida, de Estremoz ou de Vendas Novas?”

- EXPLICAÇÃO -> “PORQUE não se conformaram com o País em que viviam. Vieram todos, PORQUE todos queriam mudar. (PORQUE) Queriam um país livre.”

Para compreender o objetivo argumentativo que subjaz a esta sequência narrativa, importa indicar o tema geral deste discurso. Aníbal Cavaco Silva parte dos valores do 25 de Abril (“defesa da liberdade” e “em nome de uma sociedade mais justa e solidária”) para discutir a necessidade de lutar contra a injustiça social. Portanto, mais uma vez, o argumento visa estabelecer uma analogia entre as duas situações e incentivar a população a agir.

As potencialidades das narrativas para efeitos de persuasão parecem ser um facto conhecido pelos próprios locutores, daí que muitos recorram a histórias em favor de uma tese ou para a criação de uma cena indutora de um estado de espírito. Nos textos do *corpus*, identificaram-se alguns segmentos que denunciam este recurso à narrativa como argumento:

Quadro 10 - Exemplos de associação da narrativa à ideia de “lição”

REF.	EXCERTOS DOS DISCURSOS
2012_ACS	É este Portugal, o país que celebra a revolução de abril, que temos de mostrar ao exterior. Há quase quarenta anos, demos um exemplo ao mundo: conquistámos a democracia sem violência nem sangue. Os cravos anunciaram um país livre e, dias depois, celebrámos a revolução num primeiro de maio onde todos estiveram, num dia de festa sem confrontos nem sectarismos. É essa a lição maior que temos de seguir no dia de hoje, no ano de 2012, em que Portugal atravessa um dos períodos mais complexos da sua História recente.
2016_MRS	Neste 25 de abril de 2016, quarenta e dois anos depois do 25 de Abril de 1974, essa lição é um sentido de vida para tempos difíceis, a apelarem à sensatez. Unamo-nos no essencial. Sem com isso minimamente negarmos a riqueza do confronto democrático, em que Governos aplicam as suas ideias e oposições robustecem as suas alternativas. Troquemos as emoções pelo bom senso.
2021_MRS	Que o 25 de Abril viva sempre, como gesto libertador e refundador da história. Que saibamos fazer dessa nossa história lição de presente e de futuro, sem álibis nem omissões, mas sem apoucamentos injustificados querendo muito mais e muito melhor.

Nos excertos precedentes, verifica-se precisamente que a recuperação da narrativa da Revolução tem um objetivo argumentativo. Atendendo a que, nos excertos, se usa “lição” no sentido de “exemplo”, parece lícito afirmar que se está a construir um argumento por analogia. Aplicando a estrutura do argumento ao discurso do ano 2012, obtém-se o seguinte:

- A situação no 25 de Abril é semelhante, em certos aspetos, à atual.
- No 25 de Abril, Portugal mostrou ao mundo que o seu povo era capaz de se unir para ultrapassar um momento difícil.
- ⇒ Então, na situação atual, Portugal também vai mostrar ao mundo que é capaz de resolver as dificuldades que o período complexo que se vive coloca.

A conclusão do argumento é lógica, mas é um equívoco pensar que o objetivo é apenas a constatação do óbvio. Na verdade, o locutor pretende que o alocutário reflita sobre este evento de uma forma nova, estabelecendo conexões entre os dois momentos e os comportamentos adotados. Portanto, o argumento serve como ponto de partida para uma inferência: “se a situação é semelhante e se aquela geração tomou uma atitude, então temos a responsabilidade de fazer o mesmo”. Em suma, o argumento pretende apelar à ação do cidadão através de uma projeção de uma circunstância histórica.

No discurso de 2016, há um pequeno parágrafo, praticamente no final, no qual se usa o argumento para exortar a unidade dos portugueses. Para explicitar a estrutura deste argumento, parte-se das informações históricas constantes da sequência narrativa de 2012:

- A situação a 25 de Abril de 1974 é semelhante, em certos aspetos, à atual.
- Após o 25 de Abril de 1974, todos se uniram “sem confrontos nem sectarismos”.
- ⇒ Então, na situação atual, todos se devem unir.

A força deste argumento é tanto mais forte quanto maior for o conhecimento da vivência pré e pós 25 de Abril, daí que o início do texto seja marcado pela apresentação do momento histórico, particularmente dirigido aos jovens:

Quando os mais jovens, tantas vezes minhas alunas e meus alunos, olhavam para o balanço destas quatro décadas ou pouco mais – com sentido muito crítico, para não dizer quase total incompreensão –, vezes sem conta lhes chamei a atenção para o tempo que não conheceram e para o que foi o percurso que para todos eles é já pré-história. (2016_MRS)

Este facto demonstra que os argumentos e, de forma mais lata, os textos são sempre indexados histórica e socialmente, e que a sua escolha é plenamente consciente e criteriosa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O 25 de Abril de 1974 é uma data de grande relevo para Portugal e, no ano em que se celebra o seu 50.º aniversário, considerou-se relevante estudar a historicidade dos discursos de comemoração da data pronunciados por diferentes Presidentes da República.

Entre o primeiro e o mais recente discurso datam precisamente 46 anos e os textos revelam não só diferenças, como também semelhanças. Observou-se que estes textos integram uma cerimónia formal, com um protocolo rígido, mas que não impede a flexibilidade composicional. De facto, muitos textos apresentaram um bloco inicial de endereçamento de saudações, bem como uma sequência narrativa alusiva à data, porém não foi possível determinar a existência de outros blocos padronizados. Quanto a esta sequência, constatou-se que tem propósitos didáticos e argumentativos, em particular estimulando a construção de um argumento por analogia. O objetivo persuasivo central deste argumento é a incitação à ação ou à reflexão, levando os cidadãos a pensar sob uma nova perspetiva a partir de um dado já conhecido. Além destes factos, foi possível identificar alguns temas, lexemas e estruturas semelhantes, que colocam os

PITA, SARA; *Discursos do 25 de Abril: percurso histórico de um género político / Discourses of April 25th: historical trajectory of a political genre*
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 13 ANO 2023, PP. 184-217

textos num *continuum*. Quanto às diferenças, os textos mostraram uma forte indexação social e histórica, razão pela qual as temáticas vão divergindo.

Os discursos do 25 de Abril têm muito mais para desvendar, como foi possível ir vendo durante a exploração do *corpus*, pelo que o estudo não termina por aqui.

ARTIGO RECEBIDO A
15/06/2023
ARTIGO APROVADO A
12/11/2023

REFERÊNCIAS

- Adam, J.-M. (2008). *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez.
- Amossy, R. (2006). *L'argumentation dans le discours*. Paris: Armand Colin.
- Bex, F. & Bench-Capon, T. (2017). Arguing with Stories. *Narration as Argument*. Madrid: Springer, pp. 31-46. https://doi.org/10.1007/978-3-319-56883-6_2
- Bronckart, J.-P. (1999). Atividade de linguagem. *Textos e discursos*. São Paulo: EDUC.
- _____(2004). Les genres de textes et leur contribution au développement psychologique. *Langage*, 38.e année, n.º 153 (Les genres de la parole), pp. 98-108. Acedido em 05 de junho de 2023, de http://www.persee.fr/doc/AsPDF/lgge_0458-726x_2004_num_38_153_938.pdf
- Charaudeau, P. (2016). *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. São Paulo: Contexto.
- Coseriu, E. (1979). *Sincronia, diacronia, história: o problema da mudança linguística*. Rio de Janeiro: Presença / Universidade de São Paulo.
- _____(1980). *Lições de Linguística Geral*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.
- Eemeren, F., Grootendorst, R. & Henkemans, A. (2002). *Argumentation: Analysis, Evaluation, Presentation*. New York: Routledge.
- Fairclough, N. (2001). *Teoria social do discurso. Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, pp. 89-131.
- Kabatek, J. & Simões, J. Da S. (2005). Sobre a historicidade de textos. *Linha D'Água*, (17), pp. 157-170. <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v0i17p157-170>.
- Kabatek, J. (2006). *Tradições discursivas e mudança linguística. Novos dados, novas análises*, Tomo II. Salvador, Bahia: EDUFBA, pp. 505-527.
- Marques, M. A. (2014). Palavra de Presidente: construção da autoridade presidencial nos discursos de Abril. *Forma breve*, pp. 297-311. Acedido em 15 de novembro em <https://proa.ua.pt/index.php/formabreve/article/view/5416>
- Pita, S. (2023). Plano de texto de “mensagens de natal” na cena política luso-brasileira. *DELTA* 39 (2), <https://doi.org/10.1590/1678-460X202339253754>

Plantin, C. (2002). *Analyse et critique du discours argumentative. Après Perelman: quelles politiques pour les nouvelles rhétoriques?* Paris: L'Harmattan.

Silva, P. (2016). Género, conteúdos e segmentação: em busca do plano de texto. *Diacrítica. Revista do Centro de Estudos Humanísticos; série ciências da linguagem*, 30 (1): 181-224.

Tindale, C. (2017). *Narratives and the Concept of Argument. Narration as Argument*. Madrid: Springer, pp.11-30. https://doi.org/10.1007/978-3-319-56883-6_2

Walton, D., Reed, C. & Macagno, F. (2008). *Argumentation Schemes*. Cambridge: Cambridge University Press.

SITES PARA RECOLHA DOS DISCURSOS

Presidência da República (2023). Arquivo de Aníbal Cavaco Silva. <https://anibalcavacosilva.arquivo.presidencia.pt/>

Presidência da República (2023). Arquivo de Jorge Sampaio. <https://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/main.html>

Presidência da República (2023). Atualidade. <https://www.presidencia.pt/>

Fundação Mário Soares (2023). Arquivos da Casa Comum. http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_3092#!e_3483

Parlamento (2023). Biblioteca Digital. <https://app.parlamento.pt/LivrosOnLine/DP/pdf/dp.pdf>

